



Estrutura e Funcionamento do Ensino no Período Pombalino no Brasil

Alexandre Ribeiro da Silva¹; José de Caldas Simões Neto²; Katissa Galgania Feitosa Coutinho Rodrigues³

Resumo: Buscaremos nesse trabalho abortar através de uma revisão bibliográfica, os efeitos da reforma pombalina no âmbito educacional no Brasil, que quebrou uma hegemonia de mais de 200 anos de educação Jesuítica. Na tentativa de descrever como ficou organizado a estrutura e funcionamento da educação no Brasil no período pombalino, momento em que o ensino passa a ser responsabilidade da Coroa Portuguesa, após a expulsão dos padres jesuítas os quais até o momento era quem organização e executavam as atividades ligadas a educação. A Reforma Pombalina no âmbito educacional tem seu marco o alvará de 28 de junho de 1759, que instituiu o fechamento dos colégios Jesuítas e introduzindo as aulas régias a serem mantidos pela coroa. A educação jesuítica, não era oportuna para os interesses comerciais da Coroa, pois a Companhia de Jesus tinha objetivo servir os interesses da fé, e Pombal passa a organizar a escola para servir aos interesses do Estado. É instaurado no lugar do sistema mais ou menos unificado pelos jesuítas, que se baseava na seriação dos estudos, o ensino no Brasil passou a ser fragmentado e disperso, ministrado através de aulas isoladas, as aulas de primeiras letras e aulas de humanidades referenciavam a ensino das aulas régias. Ficando assim evidente que a reforma educacional foi mais uma estratégia na tentativa de modernizar a sociedade em prol do desenvolvimento econômico de Portugal para manutenção e o seu fortalecimento.

Palavras-chave: Educação Brasileira. Reforma Pombalina. Estrutura. Funcionamento.

Structure and Functioning of Teaching in the Pombaline Period in Brazil

Abstract: We will seek in this work to abort through a bibliographical revision, the effects of the Pombaline reform in the educational scope in Brazil, that broke a hegemony of more than 200 years of Jesuit education. In an attempt to describe how the structure and functioning of education in Brazil was organized in the Pombal period, when teaching became the responsibility of the Portuguese Crown after the expulsion of the Jesuit priests who until then were the ones who organized and carried out the activities linked to education. The Pombaline Reform in the educational field has its mark the alvará of June 28, 1759, which instituted the closure of the Jesuit colleges and introducing the royal classes to be held by the crown. Jesuit education was not timely for the commercial interests of the Crown, since the Society of Jesus was intended to serve the interests of the faith, and Pombal began to organize the school to serve the interests of the State. It is established in place of the system more or less unified by the Jesuits, which was based on the ranking of studies, teaching in Brazil became fragmented and dispersed, taught through isolated classes, first letter classes and humanities classes referred to teaching of royal classes. It became clear that educational reform was another strategy in the attempt to modernize society in favor of Portugal's economic development for its maintenance and strengthening.

Keywords: Brazilian Education. Pombaline Reform. Structure. Functioning

¹Licenciado em Geografia, Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú e em Educação Especial pela Universidade Federal do Ceará. Aluno do Programa de Mestrado Profissional em Educação – MPEDU da URCA. alexandre.geografiaribeiro@gmail.com

²Graduado em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio. Especialista em Prática Docente do Ensino Superior pela Faculdade Integradas de Patos, em Gestão Escolar com ênfase em Psicologia da Aprendizagem pela Faculdade Evangélica do Piauí e em Nutrição Esportiva e Treinamento Desportivo pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio. Aluno do Programa de Mestrado Profissional em Educação – MPEDU da URCA. Caldas - ncaldas_22@hotmail.com

³Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará. Graduação em Psicologia pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, Especialista em Prática Docente do Ensino Superior pela Faculdades Integradas de Patos e em Psicologia Aplicada a Educação pela Universidade Regional do Cariri. Aluna do Programa de Mestrado Profissional em Educação – MPEDU da URCA. Katissa - katissagalgania@yahoo.com.br

Considerações Iniciais

As reformas pombalinas foi um dos mais controversos embates políticos ocorridos no Império Português no século XVIII, orquestrando uma série de mudanças de âmbito social e estrutural na coroa lusitana. Estas reformas alcançaram de forma significativa todo território português e ultramarino, causando efeitos no modo de administrar e produzir conhecimento materializando-se em todos os aspectos, onde ocorreu de forma acelerada em Portugal e lenta e descompassada nas colônias como caso no Brasil em especial nos aspectos educacionais.

Neste trabalho buscaremos apresentar os efeitos das reformas pombalinas no âmbito educacional, sobretudo no Brasil, onde o mesmo quebrou uma hegemonia de mais de 200 anos de educação Jesuítica, pretendemos discutir como as mesmas forjaram a trajetória pós jesuítas até o nascente império do Brasil, como também assimilar as diretrizes da época com a nossa atual estrutura educacional. Em decorrência ao atrelamento do território brasileiro estava vinculado como pertencente a nação portuguesa em que todas as ações inerentes a decisão tomada de qualquer âmbito partia a princípio da capital Lisboa.

A produção fomentada pelas reformas pombalinas ocorreu num período em que a Europa efervescia aos reflexos do iluminismo dos quais se destacavam os pensadores: John Locke, Voltaire, Jean-Jacques Rousseau, Kant e Montesquieu. A Universidade de Coimbra consolidava-se como uma das mais modernas da época, ao afastar o Santo Ofício e contribuindo na secularização da Inquisição, todas essas iniciativas foram possíveis a partir das influencias e experiências trazidas por portugueses que por ventura antes moraram em outras nações Europeias que já tinham as suas estruturas pilarizadas no iluminismo, como: Dom Luis da Cunha, Luis Antonio Verney, Alexandre de Gusmão e o próprio Sebastião José de Carvalho e Melo (SAVIANI, 2013).

Essas penetrações iluministas ocorreram a partir do reinado de Dom Jose I em 1750, e de Sebastião José de Carvalho e Melo teve forte ascensão tornando-se ministro de grande expressão chegando aos títulos de conde de Oeira e Marquês de Pombal. Contudo esta função plenipotenciária iniciou com o advento do forte terremoto seguido por um *tsunami* ocorrido em 1755, que vitimou 60 mil pessoas, deixando a capital portuguesa em escombros e ruínas, num abalo sísmico de 6 a 6,9 na escala Richter.

Curiosamente o Marques de Pombal foi o único ministro que fora encontrado naquele momento da administração, do qual recebera total autoridade da Majestade o rei D. José I. Sebastião José de Carvalho e Melo instituiu a reconstrução imediata da cidade, o teto no preço do pão e a implantação da lei marcial aos ladrões e saqueadores. Saviani (2013, p. 81) destaca que “Sobre a base da reforma urbana de Lisboa implantava-se o regime do “despotismo esclarecido”, doutrina cuja versão portuguesa foi idealizada pelo próprio Pombal e “que se manteve dominante até a revolução liberal de 1820”.

Pombal ao assumir de forma absoluta como ministro plenipotente afastou o clero do *status* de supremacia das decisões, concentrando-as no rei, vale ressaltar, que ele condenava o atraso português as intervenções jesuítas. No ano de 1758 após o atentado contra o rei D. José I, atribuindo a culpa a membros da alta aristocracia portuguesa e alguns jesuítas, tendo seus bens confiscados, condenação morte e expulsão da Companhia de Jesus do território português e ultramarino. Consolidou-se assim as chamadas Reformas Pombalinas de forma mais significativa e no âmbito educacional através do alvará de 28 de junho de 1759, que instituiu o fechamento dos colégios Jesuítas e introduzindo as aulas régias a serem mantidos pela coroa. Este alvará decretou as diretrizes dos estudos menores que compreendiam o ensino primário e secundário, de forma preliminar estabelecia as disposições inerentes ao diretor de estudos e aos professores de gramática latina, de grego e de retórica.

Insolitamente instituiu-se as diretrizes beneficiando inicialmente os estudos das humanidades, equivalente ao ensino médio atual e após 13 anos consolidou a segunda fase em que promoveu as aulas régias das primeiras letras que integra a parte inicial dos estudos menores, estabelecendo assim um abismo de quem poderia ter acesso ao ensino secundário e conseqüentemente a universidade. Este alvará de cunho nacionalista e iluminista induzia que o ensino teria que ser dado a partir da língua natal ou nacional (portuguesa), pois desprivilegia a compreensão dos saberes escolares, tendo em vista que os jesuítas trabalhavam muitos conteúdos utilizando o latim e grego.

No que concerne as Disposições de Diretores de Estudos cria-se a função que tem como principal objetivo supervisionar o desenvolvimento das escolas em todos os âmbitos e fornece relatórios anuais, punir professores que não cumpram com suas funções segundo os preceitos Reais: advertindo-os, corrigindo-os, demitindo-os e outras penalidades. O diretor de estudos era o responsável de emitir “licenças” para o exercício docente tanto em âmbito público quanto particular.

[...] ninguém pode ensinar “nem público nem particularmente sem aprovação e licença do diretor de estudos”, sendo que a concessão dependerá de aprovação em exame feito por dois professores régios, devendo o pretendente preencher os requisitos de “bom e aprovado os costumes” e “de ciência e prudência”; concede-se a todos os professores régios o privilégio de nobres (SAVIANI, 2013, p.84).

Em referente às disposições ligadas aos professores de grego, latim e retórica a contratação foi realizada em feição de atender as necessidades da capital Lisboa, as sedes de comarca e das principais vilas inicialmente, deixando totalmente descobertas vastas regiões rurais e os territórios colonizados, causando um total abandono em relação a estrutura educacional, antes preenchida pela Companhia de Jesus. Contudo, parafraseando Saviani o mesmo comenta que segundo Dom Tomás de Almeida ressalta que o fracasso da reforma dos estudos menores foi ocasionado pela falta de professores régios, baixos salários, atraso na remuneração, a falta de livros didáticos e a escassez de recursos financeiros para aplicar nesta iniciativa.

Buscamos nesse texto descrever como ficou organizado a estrutura e funcionamento da educação no Brasil no período pombalino, momento em que o ensino passa a ser responsabilidade da Coroa Portuguesa, após a expulsão dos padres jesuítas os quais até o momento era quem organização e executavam as atividades ligadas a educação na colônia portuguesa no novo mundo.

Reformas Pombalinas no Brasil

A primeira reforma educacional do Brasil foi executada por Sebastião José de Carvalho e Melo conhecido como Marquês de Pombal, que partiu de interesses particulares em prol do alargamento econômico português e fortalecimento do regime absolutista (SECO; AMARAL, 2002). Sendo assim pode-se observar o contexto histórico brasileiro de dependência de uma Coroa em decadência, em que as ideias iluministas podiam ser consideradas perigosas para autoridade real. As colônias estavam nas mãos dos religiosos, que detinha o poder de ensino, cultural, das artes e impressão de livros. A reforma de Pombal se fez necessária para manter o progresso da época em que as ações revitalizariam o Estado. Transformando o que era mercantil para o processo industrial, ampliando os recursos.

A organicidade da educação jesuítica foi consagrada quando Pombal os expulsou levando o ensino brasileiro ao caos, através de suas famosas aulas régias, a despeito da existência de escolas fundadas por outras ordens religiosas, como os Beneditinos, os franciscanos e os Carmelitas (NISKIER, 2001, p. 34).

Além da economia o Marques de Pombal desejou uma nova ordem no âmbito administrativo fundou a Companhia dos Vinhos Douros, decretou altos impostos, incentivou a produção agrícola, reorganizou o exército português ao conde Schaumburg – Lipp finalizou a alizez entre cristãos novos e velhos e expulsaram os jesuítas do território brasileiro na pretensão de modificar o ensino tradicionalmente religioso da época, baseado na catequese dos índios, e doutrinação da população, o interesse do Estado diferia da instância política. Libertaram-se os índios e foi criado os Diretórios dos Índios do Pará e Maranhão (MARCIAL; SHIGNOV, 2006).

A primeira constituição da nação independente, outorgada em 1824, dispôs como garantia para todos os cidadãos brasileiros a instrução primária e gratuita, mas o estabelecimento efetivo de escolas públicas foi realizado muito lentamente. A decisão n. 49, de 1825, determinou que os presidentes das províncias enviassem informações sobre as aulas e escolas existentes, demonstrando o interesse do imperador, d. Pedro I, no melhoramento da situação. Nesse mesmo ano, a decisão n.182 ordenou a instituição de escolas públicas de primeiras letras pelo método lancasteriano, ou do ensino mútuo, em todas as províncias. Este método orientava que um mestre deveria dirigir os alunos, que ensinariam uns aos outros, tornando o aprendizado mais rápido e mais barato, fato que era oportuno devido à escassez de professores no Brasil nessa época (CARDOSO, 1998, p. 244).

Em relação à educação de Pombal citaremos a seguir no período de reforma como se classificava os estudos no contexto pombalino, dividindo-o em três formas de estudos: Estudos Menores e Estudos Maiores e as Escolas de Primeiras Letras. Para compreender os Estudos menores e de primeiros estudos, pode sem elevação corresponde-lo com o ensino primário e o ensino secundário, cuja função era ensinar de maneira geral os conteúdos na promoção de cidadão que atendem a necessidade burocrática do Estado. Estes foram implantados em 1759 e as aulas de primeiras letras e aulas de humanidades referenciavam a ensino das aulas régias (SAVIANI, 2013).

Na implantação das aulas régias foi instituído o cargo de Diretor de Estudos responsável por exames públicos e seleção de professores, estes recebiam o privilégio dos nobres quando credenciados a mestres, ou seja, aqueles professores de primeiras letras que ensinavam nas suas próprias residências no ensino primário e secundário, o diretor servia também com fiscal aos materiais utilizados nas aulas. Após a extinção do Diretor de Estudos criou-se o alvará de 04 de

junho de 1768-1771 com a Real Mesa Censória que controlaria também os livros e em 1787 transformou-se em Real Mesa da Comissão sobre o exame e a censura dos livros extinta em 1794.

Em 1772 criada a Lei de 06 de novembro, com as aulas régias de leitura, escrita e cálculo, além de cadeiras de filosofia. O ensino secundário ainda parte dos estudos menores, tinham aulas que podem ser definidas como “cadeiras avulsas” e denominavam-se mestres aqueles que ensinavam aulas régias de primeiras letras. As aulas régias foram criadas através de alvarás e cartas régias, em 28 de julho de 1759, estas eram de gramática latina, retórica e grego (MENDONÇA; WALESKA, 2005).

O Brasil não é contemplado com as novas propostas que objetivavam a modernização do ensino pela introdução da filosofia moderna e das ciências da natureza, com a finalidade de acompanhar os progressos do século. Restam no Brasil, na educação, as aulas régias para a formação mínima dos que iriam ser educados na Europa (ZOTTI, 2004, p. 32).

Os Estudos Maiores, ou seja, estudos oferecidos pelas Universidades, o aluno somente poderia cursá-lo se houvesse concluído os estudos menores e tivesse completado 18 anos. Estes, também substituíram os estatutos da Universidade de Coimbra. Foi criado o subsídio literário para financiar as reformas. As dificuldades da reforma Pombalina na educação deixaram claras as exclusões dos menos favorecidos como escravos, pobres e mulheres. Estuda para os estudos menores bastaria saber ler, escrever e contar, enquanto aos os estudos maiores para filhos de classe dominantes, nobreza, aulas de grego, retórica e filosofia para seguir os estudos superiores.

Da Resistência à Criação do Seminário de Olinda

Os padres jesuítas no Brasil tinham como objetivo a conversão dos gentios das terras Brasileiras, e para isso foi criado os colégios os quais foram usados para almejar esse objetivo. Saviani (2013, p. 26) relata que “[...] os jesuítas criaram escolas e instituíram colégios e seminários que foram espalhando-se pelas diversas regiões do território”.

No final do século XVIII o Seminário de Olinda foi criado, a partir da reforma do Colégio de Olinda mantidos pelos jesuítas instituído em 1573, “nesta época o Colégio de Olinda era, além de um Colégio para jovens externos, o noviciado ou escolasticado da província

brasileira, uma escola de missionários fundada pelo padre Anchieta quando provincial” (BARATTA, 1972, p. 26).

O colégio chegou a ter 40 jesuítas residente e teve seu período esplendor entre sua fundação e 1630, ano o qual foi invadido pelas tropas inimigas nas invasões Holandesas, onde tornou-se um quartel general até 1631, quando houve um incêndio na cidade de Olinda durante a sua ocupavam quando os invasores seguiam para Recife. Nesse ato o colégio foi danificado, porem uma parte dele foi poupado pela rápida ação dos índios das estâncias vizinhas (BARATTA, 1972).

Superado o domínio holandês no ano de 1654, os jesuítas iniciaram a reforma do prédio do colégio de Olinda e no ano seguinte 1655 as atividades com aulas foram reiniciadas, até novamente serem interrompidas agora pela expulsão dos padres jesuítas do Brasil, através da intervenção do Marquês de Pombal em 03 de setembro de 1759.

[...] fecharam-se os colégios que dirigiam, os únicos que, então, existiam no Brasil para a juventude secular, em São Paulo, Rio, Bahia, Belém da Bahia, Olinda, Recife, Paraíba e Pará, e as numerosas residências espalhadas por toda a parte, onde também, ao menos em algumas se ministrava instrução [...] (BARATTA, 1972, P. 40).

O colégio permaneceu fechado até 1800 quando foi “criada inteiramente dentro do espírito iluminista e em consonância com o teor das reformas pombalinas, foi o Seminário de Olinda, fundado pelo bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho” (SAVIANI, 2013, p. 109). O Seminário de Olinda foi criado e apresentado como uma escola com proposta educacional avançada que segundo Alves (2015, p. 61) “o colégio-seminário de Olinda tornou-se, mesmo que por um breve lapso, o mais avançado do Brasil-colônia [...]”. Pois no seu currículo heterogêneo não privilegiava apenas disciplinas sacras, despertando o interesse de muitos jovens estudantes os quais não queriam seguir necessariamente uma vida eclesiástica.

Podemos destacar como um dos professores do Seminário de Olinda o Padre Miguelino que lecionava a disciplina de Retórica, o qual não disfarçava a sua formação iluminista, até mesmo no momento da oração solene feita no dia da inauguração do seminário (ALVES, 2015). Alves (2001) destaca que a criação do Seminário de Olinda teve uma motivação eminentemente econômica, o autor relata que o Bispo de Olinda Azeredo Coutinho, tinham objetivos de criar escolas em que fosse estudado os recursos naturais do Brasil, através de aulas práticas para que Portugal tivesse ciência de todos os recursos disponíveis na colônia para extração. Desta forma o próprio Azeredo Coutinho em 1798 escreve os Estatutos do Seminário de Olinda, intitulado

de Estatutos do Seminário Episcopal de N. Senhora da Graça da Cidade de Olinda de Pernambuco, estabelecendo toda a proposta educacional para o Seminário.

Com inauguração no ano de 1800, tinham um total de 133 alunos matriculados (ALVES, 2015) onde não tinham como principal objetivo a formação apenas de padres. “E mais do que isso, os próprios padres eram formados segundo um novo modelo inspirado no espírito moderno da investigação da natureza. Em suma, o padre era formado ao mesmo tempo como sacerdote e filósofo da natureza” (SAVIANI, 2013, p. 111).

A proposta educacional do Seminário de Olinda era diferenciada e avançadas em relação aos demais seminários e escolas da época; entre seus professores tinham brasileiros e portugueses, esses vindo exclusivamente para assumir as aulas no seminário, onde podemos destacar o Frei Miguel Joaquim Pegado que ministrava aulas de matemática no seminário. Alves (2001) descreve que além da matemática era ensinado no currículo dos estudantes conhecimentos sobre Teologia Dogmática, História Eclesiástica, Teologia Moral, Filosofia Universal, Retórica e Poética, Língua Grega, Gramática Latina, Cantochoão e Desenho. Assim segundo Saviani (2013, p. 110) o seminário “[...] firmou-se como uma das melhores, senão a melhor escola secundária do Brasil. Seus estatutos guiaram-se pelas ideias do despotismo esclarecido [...]”.

Os estudos iniciavam com as aulas de primeiras letras, onde era ensinado aos estudantes a ler e escrever, além de contar e por fim era iniciada a doutrina religiosa. Nesse primeiro momento cabia aos professores ensinar aos alunos a proferirem os sons das palavras com a melhor perfeição, a escrever de forma correta, até mesmo a maneira certa de segurar a pena, e a executar as operações básicas da matemática com precisão, e ainda cabia ao papel do professor os ensinamentos da doutrina cristã aos alunos. Algumas disciplinas tinham o caráter híbrido como o canto, cursada apenas pelos alunos com aptidão para a música. Nessa disciplina o papel do professor era voltado para a teoria e a prática do canto, bem como o responsável pelo coro das cerimônias práticas nas missas (COSTA; PAIVA, 2016).

Sobre a carga horária das disciplinas no seminário segundo o Estatutos do Seminário Episcopal de N. Senhora da Graça da Cidade de Olinda de Pernambuco (1798) eram distribuídas da seguinte forma: a disciplina de Gramática Latina e de Retórica tinham seis horas de aula diárias, sendo três horas pela manhã e três horas pela tarde. Já as disciplinas de Filosofia e Geometria tinham quatro horas de aula diárias, sendo duas horas pela manhã e duas horas pela

tarde, as aulas de Teologia eram três horas por dia, sendo duas horas pela manhã e uma no período da tarde.

Os alunos nas aulas de retórica analisavam os principais pensamentos de Cícero e Quintiliano, grandes pensadores influenciadores da filosofia, devem realizar diversos exercícios práticas de púlpito para aperfeiçoar e desenvolver a eloquência. As aulas de filosofia eram divididas em três partes: Filosofia Racional, Filosofia Moral e Filosofia Natural e tinham duração de dois anos, era a disciplina bem trabalhada no seminário. A Geometria, os professores trabalhavam as questões referente a aritmética, enfatizando na aprendizagem da razão científica e não da decoração das regras. Ao final da disciplina de geometria, caso o aluno estivesse com os 18 anos completos, ele poderia escolher em continuar seis estudos, ingressando no curso de Teologia o qual durava três anos, sendo esse dividido em duas partes: A Teologia Especulativa e a Teologia Prática.

Segundo Costa e Paiva (2016, p. 12) a escola dos textos usados nas aulas pelos professores no seminário, não poderiam ser selecionados por sua vontade própria. Existia uma Congregação Literária para fazer a seleção da matéria a ser trabalhado nas aulas. Os livros eram analisados pela congregação levando em consideração os intitulados dos compêndios do Estatuto, “buscando que fossem elementares, concisos, mas não superficiais; sistemáticos, sendo bem ordenados e divididos por assuntos; e bem escritos com estilo puro, o que nos dias atuais seria a nossa norma culta”. A congregação era formada por todos os professores e tinha como o presidente o Diretor de Estudos, figura que representa o rei, onde nas reuniões era aprovado os textos e livros a serem trabalhados nas aulas e era aberto a explanação para apontar deficiências das matérias a fim de sanar os problemas de aprendizagem.

Considerações Finais

O período pombalino do Brasil é um importante marco histórico da educação brasileira, e para compreendê-lo se faz necessário perceber na própria história do Brasil enquanto colônia de Portugal, momento onde foi instaurada. Assim é preciso termos o entendimento sobre as ideias que a geraram, através das ações que tiveram como principal comando o Marquês de Pombal – Sebastião José de Carvalho e Melo (primeiro ministro de Portugal entre 1750 e 1777)

em que teve como primeira ação o banimento dos trabalhos missionários e catequéticos da companhia de Jesus no Brasil.

Percebe-se na história que tal reforma tinha como vislumbre a transformação de Portugal em uma metrópole capitalista, seguindo os passos da Inglaterra na época, bem como a adaptação de sua maior colônia – Brasil, as novas ordens estabelecidas em Portugal, na busca de oferecer condições econômicas do reinado português nas frentes econômicas das nações estrangeiras que já vinham se desenvolvendo em larga escala na Europa.

Pombal ao criar as companhias de comércio, a do Grão - Para e Maranhão e a de Pernambuco e Paraíba, no financiamento para as produções de açúcar, café e algodão e posteriormente o comércio desses produtos, aboliu o imposto do quinto, substituindo-o pela avença, o Marquês procurava uma melhor organização e exploração das riquezas do Brasil. Ele ainda cria a Real Extração, suprimindo o regime de contratos para a exploração dos diamantes, para ter um melhor controle sobre as exportações dos minérios, transfere a capital do país de Salvador para o Rio de Janeiro – onde estava o porto que saía os metais preciosos, cria um tribunal das relações e juntas de justiça nas capitanias, as quais durante seu governo passam a serem capitanias reais e volta ao controle da Coroa.

Na Educação a reforma expulsa os Jesuítas, com objetivo de supressão do domínio dos padres nas fronteiras do Brasil, que estava no acordo do tratado de Madri. Liberando os indígenas nas tutelas religiosas para que os mesmos pudessem miscigenar essas fronteiras e assegurar o crescimento populacional, para ter o controle do interior nas fronteiras. Evidenciando que a reforma educacional do Marques de Pombal foi uma estratégia na tentativa de modernizar a sociedade em prol do desenvolvimento econômico de Portugal para manutenção e o seu fortalecimento.

O Marquês de Pombal teve um governo muito controverso, alguns estudiosos relatam que ele não agia de forma intencional, mas sim, pelas suas ações determinadas por Portugal em seu sistema de Estado mercantilista do século XVIII. O que podemos perceber é que sua atuação foi uma alastro ideológico, um reformador autoritário e tirano esclarecido. Sua reforma conseguiu em partes atingir seus objetivos, por outro lado, em especialmente na educação brasileira, a reforma pombalina destrói o sistema de ensino que se iniciava no país, vista como a primeira grande e desastrosa reforma de ensino do Brasil. É instaurado no lugar do sistema mais ou menos unificado, que se baseava na seriação dos estudos, o ensino no Brasil passou a

ser fragmentado e disperso, ministrado através de aulas isoladas, ministradas por professores leigos e mal preparados.

A educação jesuítica, não era oportuna para os interesses comerciais da Coroa, pois a Companhia de Jesus tinha objetivo servir os interesses da fé, e Pombal passa a organizar a escola para servir aos interesses do Estado. A Educação brasileira passa a ser uma questão de Estado, onde não é desnecessário destacar que este sistema de ensino instaurado pela reforma tinha como o cuidado para servir ao Estado e a uns poucos, que em sua minuiria era os filhos e herdeiros da elite colonial.

Referências

ALVES, Gilberto Luiz. **O pensamento burguês no Seminário de Olinda**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados / Editora UFMS, 2001.

_____. **O pensamento burguês no Seminário de Olinda**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados / Editora UFMS, 2001

_____. O Seminário de Olinda. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. p. 61-78. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BARATTA, Cônego José do Carmo. **Escola de Heróis**. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1972.

COSTA Vagner Melo da; PAIVA Marlúcia Menezes de. **A educação no seminário de Olinda no início do século XIX: componentes curriculares humanistas e científicos x componentes curriculares religiosos**. In. Anais do VI Encontro Norte Nordeste de História da Educação – ENNHE, Natal – RN, 2016. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/vi-ennhe/anais/trabalhosporeixo.html>

Estatutos do Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Grasa da cidade de Olinda de Pernambuco ordenados por D. José Joaquim da Cunha de Azevedo Coutinho XII Bispo de Pernambuco do Conselho de S. Majestade Fedelíssima, fundador do mesmo seminário. Lisboa: **Tipografia da Acad. R. das Ciências**, 1798. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000322967&opt=4>.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; NETO, Alexandre Shigunov. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e Pesquisa**, v. 32, n. 3, p. 465-476, 2006.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal - Paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MENDONÇA, Pollo Campos; WALESKA, Ana. A Reforma Pombalina dos estudos secundários e seu impacto no processo de profissionalização do professor. **Educação. Revista do Centro de Educação**, v. 30, n. 2, 2005.

NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira: 500 anos de História**. Rio de Janeiro: Funarte, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira. **Faculdade de educação da UNICAMP**, São Paulo, 2006.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980**. Campinas: Autores Associados, 2004.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

SILVA, Alexandre Ribeiro da; SIMÕES NETO, José de Caldas ; RODRIGUES, Katissa Galgania Feitosa Coutinho. Estrutura e Funcionamento do Ensino no Período Pombalino no Brasil. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, 2018, vol.12, n.41, p.637-648. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 10/07/2018

Aceito 11/07/2018